

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

LINHARES, Clarice Schneider – UNICENTRO
clarinha_linhares@yahoo.com.br

Área Temática: Formação de Professores

Resumo

Este trabalho partiu de estudos sobre o atendimento à criança de zero a seis anos da zona urbana e periférica do município de Guarapuava, e as políticas direcionadas a essa área como resultado de propostas surgidas atualmente. Com isto, estabelecemos um paralelo entre a pesquisa realizada em 1988 cujo índice de 1,3 % era abaixo da média nacional de 4 % e a atual concluída em 2007, que de acordo com a Secretaria de Educação Municipal conta com 14 Centros de Educação Infantil, 238 educadoras com formação de nível médio e superior e 2.302 crianças. Segundo essa coordenação, 1657 crianças estão no Jardim III, 305 estão no Maternal e 340 estão no Berçário, o que demonstra um acréscimo significativo, tanto quantitativo quanto qualitativo. As contribuições através de debates e discussões da sociedade civil, representada por educadores, organismos governamentais e não-governamentais, aprofundaram temas sobre política, currículo e formação de professores, somados às recomendações dispostas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases- nº9394/96 e na Deliberação do Conselho Estadual do Paraná- nº02/05, estabelecendo finalidades, objetivos e critérios. Atualmente as políticas nacionais que norteiam a Educação Infantil, as quais podem ser encontradas em publicações do governo federal e estadual e delineiam diretrizes, metas e ações consideradas prioritárias. A partir da década de noventa, a expansão da educação infantil somou-se à consciência do significado de infância e o reconhecimento de seu direito. Com isso, esta área passa a ter significado traduzidos na concepção de criança-cidadã e na construção do seu próprio desenvolvimento e conhecimento. De acordo com seu Referencial Curricular buscou-se ampliar esse atendimento tornando-a pedagógica e qualificando melhor o professor. A pesquisa anterior demonstrava insuficiência de atendimento priorizando aspectos sociais, biológicos e psicológicos, traduzido em programas de massa aumentando a quantidade, mas sem qualidade. Esses dados comparativos entre as duas pesquisas permitiram constatar melhoria significativa e maior preocupação com os centros de formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação infantil; Função pedagógica.

Introdução

De acordo com a atualização de dados contendo o número de crianças atendidas nas instituições que oferecem atendimento à Educação Infantil na Região de Guarapuava, comparativamente à pesquisa realizada anteriormente em 1988 e concluída em 1989, os dados obtidos atualmente em 2007 comprovam não só aumento quantitativo e qualitativo como também a ampliação do processo escolar a partir da implantação do Ensino Fundamental para nove anos, o que antecipa para seis anos o ingresso da criança no ensino fundamental. Com isso, constata-se que o índice atual de atendimento à educação infantil acompanha a recomendação estipulada pela LDBEN nº 9394/96, pela Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8069/90 e pela Deliberação 02/05 do Conselho Estadual do Paraná, a qual estabelece normas e princípios para Educação Infantil no Sistema de Ensino no Paraná. O cenário da educação infantil mudou tanto em nível local como nacional: os planos e metas já atingem um melhor nível de qualidade educacional, embora se lute ainda com a universalização da educação infantil e a extensão desse atendimento às comunidades carentes. Dessa maneira, a formação de professores para atuar nesta área já consta no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do *Campus* de Guarapuava, atendendo as Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia homologada em abril de 2006. Além disso, a década de noventa deu novo enfoque à educação infantil reconhecendo essa etapa como direito da criança e valorizando o verdadeiro significado da infância. Essa área da educação passa a ter nova concepção: seu atendimento é agora pedagógico e seu professor deve ser qualificado. Com isto, as creches e pré-escolas, agora integradas ao sistema de ensino, são consideradas como primeira etapa da educação básica, o que contribui de forma significativa para a construção desse espaço como pedagógico, além dos cuidados essenciais destinados à criança nesta etapa de sua vida. É necessário apontar metas e estratégias de ação direcionadas ao desenvolvimento integral e crescimento de acordo com princípios democráticos e formação cidadã. Quanto às instituições responsáveis pela educação infantil, essas devem ter como objetivo, além do atendimento ao caráter socializador, a inserção da criança em ambientes que propiciem o acesso e o conhecimento da realidade social e cultural.

Esse novo enfoque contribui para que as atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa

e de gênero, bem como as diferenças sociais e culturais sejam respeitadas, favorecendo a construção de propostas educativas de acordo com anseios de nossa comunidade.

Desenvolvimento

O Contexto Histórico

A partir de estudos sobre atendimento à criança de zero a seis anos e as políticas direcionadas a essa área de Educação, as propostas surgidas a partir da década de noventa modificaram o enfoque sobre educação infantil. As contribuições originadas através de debates e discussões ocorridas em nível local e nacional contaram com a representação de diversos segmentos da sociedade, de educadores e especialistas na área, de organismos governamentais e não-governamentais, e aprofundaram temas sobre política, currículo e formação de profissionais para atuar nessa área. Assim, podemos verificar as recomendações dispostas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 7º, 30, 208 e 227, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – (Capítulo VIII, art. 43 a 47), e a Deliberação nº 02/05 do Conselho Estadual de Educação do Paraná que estabelece finalidades, objetivos e critérios para a organização curricular dessa modalidade de ensino.

De acordo com dados obtidos entre as décadas de 1980 e 1990, Guarapuava e região de abrangência demonstravam que a política de atendimento à Educação Infantil estava consoante aos princípios norteadores daquele momento, buscando ultrapassar a tendência compensatória refletindo... “a grave situação da infância” e “as precárias condições de vida a que estão submetidas de acordo com sua classe de origem” (KRAMER, 1987:11)

Nessa época, a estimativa era de 21 milhões de crianças em idade pré-escolar no Brasil e dessas apenas 4% recebia alguma forma de atendimento, sendo que a população infantil no município de Guarapuava ficava bem abaixo da média nacional, cujo índice não ultrapassava 1,3%. Acrescenta-se ainda que, a “escassa e ambígua legislação da época referente ao pré-escolar, sugeriam projetos notadamente fracassados em experiências anteriores e o que reforçava o paradigma de privação culpando a criança pelo seu insucesso escolar” KRAMER (1987:12) e destacava a importância fundamental em se questionar a política direcionada ao pré-escolar e ao papel que exercia para a solução de problemas do Ensino Fundamental, bem como a escolha de alternativas possíveis dirigidas às crianças das classes populares.

Hoje o contexto é outro: a coordenação da Educação Infantil da Secretaria da Educação do Município de Guarapuava assim declara “a mudança de paradigma dentro da Educação Infantil não considera esse espaço educativo como um depósito de crianças”. Desde o ano de 2006, segundo a coordenação de Educação Infantil, a função de cuidar e educar devem estar de acordo com a lei. Com isso os Centros de Educação Infantil - CMEI's (antigas creches) passaram a ser administradas pela Secretaria de Educação Municipal, dando ênfase ao caráter pedagógico em substituição ao caráter assistencialista próprio da coordenação da Secretaria de Promoção Social.

Além disso, a Educação Infantil está atualmente sob a responsabilidade de pessoas com formação no ensino superior, preferencialmente egressos do curso de Pedagogia, os quais ocupam cargos de direção, coordenação e direção de turmas. Segundo os dados levantados na pesquisa anterior (1988), que comprovava a presença de pessoas sem qualificação na área, devido ao entendimento que se tinha de apenas atender às necessidades básicas (saúde e alimentação), o que segundo a mesma coordenação “... não havia preocupação em verificar como as crianças construía o conhecimento” e os profissionais que nela atuavam eram intitulados pessoas atendentes, porém sem nenhum preparo didático/pedagógico...”. Hoje, esse trabalho implantado desde 2002, conta com um Projeto Pedagógico direcionado à Educação Infantil do município, além de regimento próprio. Isso atende, portanto, aos ditames legais e políticos para a Educação Infantil” que alia experiência na área e formação superior em Pedagogia, como também a formação continuada como forma de atualização constante em projetos e metodologias inovadoras, tornando o trabalho nessa área cada vez mais gratificante.

Assim, o perfil dos profissionais responsáveis pela direção de turma são professores com formação de nível médio e superior, e muitos desses com especialização “latu senso”. Houve, portanto, não só um aumento quantitativo: de 85 professores segundo a pesquisa de 1988, para 238 segundo a pesquisa de 2007, como também aumento qualitativo com a incorporação do atendimento pedagógico. Há um maior envolvimento pessoal e profissional entre os que atuam nessa área “hoje, os nossos professores e diretores estão preocupados com seu crescimento profissional e buscam por iniciativa própria, a participação em cursos de atualização ofertados em nossa região...”¹.

É, então, estabelecido um projeto bimestral orientado pela Coordenação da Educação Infantil consoante à proposta pedagógica e relação de atividades para cada área de acordo

¹ Entrevista realizada com a Secretaria de Educação Municipal.

com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: formação pessoal e social, compreendendo identidade e autonomia; conhecimento do mundo compreendendo movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza, sociedade e matemática.

No momento a Educação Infantil conta com 14 Centros de Educação Infantil:

Centro de Educação Infantil Bonsucesso

Centro de Educação Infantil Boqueirão

Centro de Educação Infantil Jardim Princezinha

Centro de Educação Infantil João Paulo II

Centro de Educação Infantil Morro Alto

Centro de Educação Infantil Palmeirinha

Centro de Educação Infantil Primavera

Centro de Educação Infantil Retiro Feliz

Centro de Educação Infantil Santana

Centro de Educação Infantil Santa Cruz

Centro de Educação Infantil Santa Terezinha

Centro de Educação Infantil Vila Bela

Centro de Educação Infantil Vila Carli

Centro de Educação Infantil Vitória

Há também o Centro de Educação Infantil “Bairro Abigail”, localizado na Colônia Entre Rios, distrito de Guarapuava, que está em fase de implantação.

Esse atendimento é distribuído com 238 educadoras com formação de nível médio, superior e especialização (pós-graduação) na área, e um total de 2.302 alunos distribuídos em 1657 (Jardim III), 305 (Maternal) e 340 (Berçário A e B). Neste momento da pesquisa não houve interesse em se fazer o levantamento de dados sobre as escolas particulares (número de alunos e professores) uma vez que esta pesquisa está voltada mais para o atendimento às classes populares. Com isto, justifica-se a localização geográfica dos Centros de Educação Infantil, que segundo a coordenação da secretaria de educação, “... foi pensado na criança oriunda da família de baixa renda, que não tem acesso a esse atendimento a não ser dentro de sua própria comunidade”. Além disso, esses centros de educação infantil estão anexos às unidades de saúde que oferecem atendimento médico e dentário, “(...) com isso houve um

direcionamento para que se houvesse um atendimento às periferias, localizando esses centros de acordo com os interesses dessas comunidades”.²

Segundo a política nacional do atendimento às crianças de zero a seis anos “(...) todas as crianças nessa faixa etária devem receber algum tipo de atendimento garantido por lei (...)”, que segundo a coordenação de educação infantil de nosso município “(...) o número de vagas de nosso município ainda não atenda a demanda e não houve ampliação de espaço físico, embora haja previsão na ampliação em 50% do número total dessas unidades, principalmente para se atender as comunidades periféricas(...)”. Porém, com a promulgação da Lei nº 11.274/06 do Conselho Nacional de Educação que trata da implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a qual prevê que crianças com seis anos completos poderão ser atendidas no Ensino Fundamental, possivelmente diminuirá a demanda para a Educação Infantil.

Problema

De acordo com dados levantados através da pesquisa intitulada “O atendimento à criança pré-escola na zona urbana e periférica de Guarapuava” realizada em 1988 e financiada pelo CONCITEC, órgão estadual de apoio às instituições do ensino superior da Paraná e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, essa pesquisa levantou o número aproximado de crianças atendidas na época, bem como as propostas de trabalho e a metodologia empregada nessas instituições. O debate daquele momento versava sobre a necessidade de atendimento às classes populares.

Os programas de educação pré-escolar e as proposta de trabalho, com a participação conjunta de grupos comunitários, pesquisadores e autoridades pública, têm demonstrado a preocupação de atendimento às classes populares com a finalidade de minimizar as diferenças sócio-culturais e romper o “circulo vicioso da pobreza (ZOSCHKE, 1989:03)

Os documentos legais que fundamentaram a referida pesquisa estavam contidos no artigo 19 da Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71 (lei daquela época), dos Pareceres do Conselho Federal de Educação nº 2018/74 e nº 1600/75, e da Indicação desse mesmo conselho, nº 45/74, a qual estabelecia a idade mínima para ingresso, no 1º grau e o

² Entrevista realizada com a Secretaria de Educação Municipal.

atendimento à educação infantil, como forma de antecipação de início da escolaridade, ainda sem o caráter de obrigatoriedade, e sim, de recomendação.

Hoje, vinte anos depois, o quadro de atendimento à infância mudou: em primeiro lugar podemos apontar a finalidade do atendimento à infância, não se busca mais o caráter assistencialista e compensatório desse atendimento, e sim o caráter educativo. Em segundo lugar, não cabe somente ao sistema educativo a tarefa desse atendimento, mas a toda sociedade que deve proteger a infância, para que seus direitos sejam garantidos (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90 – de 13/07/1990).

Os objetivos da pesquisa atual buscam atender às necessidades e expectativas da comunidade local, procurando implantar programas e articular os eixos ensino/pesquisa/extensão, atualizando dados, entrando em contato com instituições locais, trocando conhecimentos e experiências, envolvendo a comunidade acadêmica em programas educacionais da área e avaliando as metas das agências que promovem a formação dos profissionais que vão atuar na área, bem como das instituições que oferecem atendimento à criança de zero a seis anos.

Os Objetivos da Pesquisa

De acordo com os objetivos apresentados no Projeto de Pesquisa intitulado “Centro de Atendimento Didático-Pedagógico a Educação Infantil”, desenvolvido entre 2005 e 2007, houve a necessidade na atualização de banco de dados sobre as instituições que oferecem Educação Infantil, bem como a implantação de programas e projetos em parceria com os demais órgãos institucionais envolvendo os eixos ensino/pesquisa/extensão. Com isso, a participação em cursos de capacitação junto aos Conselheiros Tutelares de nosso município possibilitou a nossa atuação docente, como também estudos sobre os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata do direito à educação, esporte e lazer, os quais enfatizam indiretamente, o direito ao atendimento infantil.

Essa atualização de dados possibilitou uma melhor integração entre o campo de atuação, representada pela Secretaria de Educação Municipal e a universidade, como campo de formação inicial, representada pelo curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil. Além disso, a realização de atividades e programas conjuntos, universidade e Secretaria Municipal, permitiram que os estágios de observação e intervenção fossem mais

bem conduzidos. As atividades programadas envolveram leituras que discutiram as políticas nacionais que norteiam a educação infantil, cujo material básico é divulgado pelo Ministério de Educação e Desporto e trata de diretrizes, objetivos e ações consideradas prioritárias.

Em sua parte introdutória apresenta as razões pelas quais é necessária a expansão da educação infantil somada à consciência atual do significado de infância e o reconhecimento do direito à educação nos primeiros anos de vida. Essa afirmação já é garantida desde a Constituinte, quando organismos internacionais mobilizaram-se pelos direitos da criança a uma infância mais digna.

Também o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em seu volume introdutório, apresenta características e considerações sobre a criança de zero a seis anos, sobre o professor e a organização curricular, e sobre a instituição e o projeto educativo. Esse documento serve como base para uma nova concepção de educação infantil, agora considerada como primeira etapa da educação básica: a finalidade básica é o desenvolvimento integral da criança até seis anos, como também a integração entre as instituições da educação infantil e a família (Ministério de Educação-Secretaria de Ensino Fundamental: 1998,11), cujas recomendações devem estar presentes em todo Projeto Pedagógico da Educação Infantil.

As Concepções Atuais Sobre Educação Infantil e a Formação de Professores

As contribuições originadas através de debates e discussões com a representação da sociedade civil, participação de educadores e especialistas da área, como também com a representação de organismos governamentais e não-governamentais, os quais aprofundaram temas envolvendo política, currículo e formação de professores, formalizadas através das recomendações que estão dispostas nos documentos legais (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Deliberação do Conselho Estadual do Paraná) estabelecendo finalidades, objetivos e critérios para a organização curricular dessa modalidade de ensino, que :

De acordo com dados obtidos anteriormente entre as décadas de 1980 e 1990, a Educação Infantil atendia os ditames daquela época: “tentando ultrapassar a tendência compensatória refletindo, a grave situação da infância e as precárias condições de vida a que estavam submetidas de acordo com sua classe de origem”. (KRAMER, 1987:11)

Acrescenta-se ainda que a escassa e ambígua legislação da época, referente ao pré-escolar, sugeria projetos notadamente fracassados em experiências anteriores, reforçando o paradigma de privação cultural. Nessa época, a função da pré-escola era, além do seu caráter compensatório, preparatório para garantir o ingresso na 1ª série do 1º grau. Hoje o contexto é outro conforme demonstra a Coordenação da Infantil de Secretaria da Educação Municipal: “(...) não se considera mais essa área como simples depósito de crianças, mas que cuidar e educar precisa atender os aspectos legais que norteiam essa área. Os Centros de Educação Infantil hoje estão sendo administrados e coordenados pela Secretaria de Educação enfatizando o caráter pedagógico e não mais coordenado pela Promoção Social, a qual dava importância somente aos aspectos relacionados à higiene e saúde da criança”.

Considerações Finais

Atualmente as políticas nacionais que norteiam a Educação Infantil podem ser encontradas tanto em publicações advindas do governo federal, quanto do governo estadual e municipal, traduzida em diretrizes, metas e ações consideradas prioritárias. A partir da década de 1990 a necessária expansão da educação infantil foi somada à consciência do significado de infância e o reconhecimento do seu direito. Esta afirmação está sendo gradualmente incorporada pelos cursos responsáveis pela formação de professores e exigindo uma mudança na prática pedagógica e metodológica desses profissionais. Com isso, a área da Educação Infantil passa a ter um significado particularmente importante fundamentado na concepção de criança-cidadã, sujeito ativo do seu próprio desenvolvimento e do seu próprio conhecimento. O Referencial Curricular para a Educação Infantil, em seu volume introdutório, apresenta sugestões para a construção do projeto pedagógico e para a organização curricular. Dentro desse quadro destaca-se:

1. Ampliação de atendimento pela rede pública com a mudança da instituição responsável, que deixa de ser competência da Promoção Social (caráter assistencialista) e passa a ser competência da Secretaria de Educação (caráter pedagógico);
2. Ênfase na formação de professores; não só inicial, mas também contínua;
3. E de acordo com os resultados obtidos, as hipóteses levantadas na pesquisa de 1988 fixaram-se em dois aspectos:
-O atendimento à criança em idade pré-escolar é suficiente?

-Há uma diferenciação no tratamento metodológico de acordo com a classe econômica da criança?

Se a pesquisa realizada em 1988 demonstrava insuficiência de atendimento priorizando-se apenas aspectos sociais, biológicos e psicológicos, traduzidos em programas de massa de cunho compensatório, o que ampliava a quantidade de crianças atendidas, embora não proporcionasse qualidade a esse atendimento. A análise atual demonstra não só um aumento quantitativo, mas também qualitativo; além da ampliação desse atendimento para a faixa de zero a três anos. Cabe ainda evidenciar o melhor preparo do professor que atua na educação infantil, atendendo não só exigência legal, como também a realização de projetos e metas de educação a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo. Outra questão levantada é a superação do paradigma conservador baseada na concepção de educação compensatória e na idéia de que esse atendimento só possa ser atribuição das instituições de educação infantil, como as creches e pré-escolas. Hoje, a sociedade como um todo, pode e deve, se responsabilizar pela infância, principalmente nos primeiros anos de vida quando precisa de cuidados e educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; KRAMER, S. **O rei está nu**: um debate sobre as funções da pré-escola. In: CADERNO CEDES, **Educação Pré-escolar**: desafios e alternativas. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90 de 13 de Julho de 1990. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**: Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional, para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília. MEC/SEF, 1998.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3ª ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Ministério da Educação e do Desporto**: Secretário de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

ZOSCHKE, C. **O atendimento à criança pré-escolar na zona urbana e periférica de Guarapuava** (mimeografado). Relatório de Pesquisa – Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava: 1989.